

Recursos de assistência jurídica no Brasil

Um guia para jornalistas que enfrentam ações judiciais

Para um jornalista que enfrenta processos criminais ou civis em retaliação pelas suas reportagens, ter acesso a assessoria jurídica relevante e recursos para financiar sua representação legal, pode significar a diferença entre uma sentença de prisão e liberdade, censura e o livre fluxo de informações, ser sufocado economicamente ou ter a capacidade de continuar com suas reportagens.

Nos últimos anos, o Comitê para Proteção de Jornalistas (CPJ) e outros grupos de liberdade de imprensa [expressaram preocupação](#) com o aumento alarmante de casos em que o sistema judiciário brasileiro é usado como arma contra jornalistas e meios de comunicação para reprimir e desencorajar a reportagem. Esses ataques legais assumem muitas formas, incluindo censura direta e remoção de conteúdo através de ações civis, criminalização de jornalistas por meio de investigações de calúnia e difamação e procedimentos judiciais e tentativas de [prejudicar ou comprometer a confidencialidade da fonte](#).

Muitos jornalistas no Brasil não têm acesso a advogados especializados em questões de liberdade de imprensa ou recursos para pagar pelos serviços jurídicos. Além disso, muitos deles não estão cientes das várias iniciativas e organizações que podem fornecer apoio a jornalistas e profissionais da mídia que enfrentam ações legais, e muito menos como entrar em contato com esses recursos para obter ajuda.

Em resposta a esta questão crítica, o CPJ tem trabalhado com parceiros locais para compilar este diretório de recursos oferecendo diferentes tipos de assistência jurídica para ajudar a conectar jornalistas no Brasil que precisam de apoio jurídico com as iniciativas e organizações que podem prestar auxílio. O guia enumera várias iniciativas que podem oferecer apoio a jornalistas em processos judiciais, juntamente com uma breve descrição do tipo de suporte prestado e informações sobre como os jornalistas podem fazer contato para solicitar o apoio.

Cada organização abaixo forneceu sua própria explicação sobre os serviços que fornecem e os critérios de elegibilidade.

Observatório Liberdade de Imprensa e Democracia da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

Descrição	O Observatório LID funciona como uma central de referência para receber denúncias de cerceamento de atuação profissional de jornalistas.
Apoio / Serviços	A ABI disponibiliza plataforma para recebimentos de denúncias no Observatório LID através de endereço de e-mail e pelo formulário que disponibilizado no site oficial da ABI e nas mídias sociais. Neste formulário constará opção para que o denunciante sinalize se pretende ter atendimento ou assessoramento jurídico fornecido pela ABI ou por seus parceiros. Em sendo afirmativo, a ABI realizará uma triagem observando os critérios de elegibilidade e capacidade de prestar o assessoramento jurídico no caso.

Elegibilidade Os critérios de elegibilidade são (i) gravidade da denúncia, (ii) pertinência com o tema das liberdades de imprensa e expressão, (iii) questões de gênero, raça e demais grupos vulneráveis e (iv) avaliação jurídica. A ABI selecionará os casos em que prestará a assistência jurídica direta ou através de parceiros locais nos demais estados do Brasil.

Contato E-mail: abi.observatorio@gmail.com

Link para denúncias e solicitações: <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdLGEaIx5DfBkyVIQHUX2COd94WfPR2JUVaym4KIwshoz3zsQ/viewform>

Informações adicionais <http://www.abi.org.br/>

Programa de Proteção Legal para Jornalistas da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji)

Descrição O Programa de Proteção Legal para Jornalistas é uma iniciativa da Abraji para garantir assistência jurídica a jornalistas e comunicadores que, em razão de seu trabalho, estejam sendo silenciados ou constrangidos por meio de processos judiciais. Profissionais da imprensa que estejam sendo assediados, ameaçados e perseguidos e que tenham interesse em processar civilmente os agressores também podem ser acolhidos pelo Programa.

O Programa conta com financiamento da organização internacional Media Defence e parceria do Instituto Tornavoz.

Apoio / Serviços O Programa oferece principalmente o apoio financeiro para cobrir os custos com a contratação de advogados para representar e defender o jornalista em processos judiciais que afetem sua liberdade de imprensa. Além de financiar a assistência jurídica, o projeto apoia o/a jornalista para que ele/ela entenda as medidas cabíveis juridicamente no caso e busca profissionais qualificados por meio de indicação de parceiros do Programa, e acompanha o desenrolar da questão. O apoio jurídico fornecido é pensado para garantir a assessoria jurídica desde a fase inicial do processo até a última instância recursal, mas na renovação do projeto também serão acolhidos processos judiciais em andamento, segundo os critérios do Programa. O caso será seguido de perto pela equipe da Abraji que produzirá reportagens para publicizar o andamento do processo. O objetivo é desencorajar ataques intimidatórios, principalmente por parte de autoridades públicas, que visem jornalistas e comunicadores/as.

Elegibilidade	<p>A iniciativa prioriza profissionais que trabalham fora dos grandes centros urbanos e que não possuem apoio financeiro dos veículos para os quais trabalham, mas os critérios de seleção são mais amplos. Os processos devem sempre estar relacionados com o exercício da profissão e podem ser cíveis ou criminais. Por exemplo, as ações cíveis que pedem a censura de publicações e indenizações por dano moral, além de processos criminais como queixas-crime por calúnia, difamação ou injúria.</p> <p>São analisados aspectos relacionados ao jornalista, segundo as boas práticas da profissão, e que atendam aos critérios de hipossuficiência financeira e independência funcional de grandes meios de comunicação. São adotados ainda critérios de diversidade regional e de raça.</p> <p>Os critérios estão publicados neste document.</p> <p>Para solicitar o apoio do programa, o/a jornalista ou comunicador/a pode enviar email para programadeprotecao@abraji.org.br ou preencher o formulário disponível no site. Após enviar as informações, os casos são analisados pela Abraji e parceiros do projeto. Uma vez aceito no Programa, a equipe entrará em contato com o/a profissional para seguir com o atendimento.</p>
Contato	<p>O contato com o programa é feito pelo email programadeprotecao@abraji.org.br ou pelo formulário disponível no site.</p>
Informações adicionais	<p>https://abraji.org.br/projetos/programa-de-protecao-legal-para-jornalistas</p>

ARTIGO 19

Descrição	<p>A ARTIGO 19 é uma organização não-governamental de direitos humanos nascida em 1987, em Londres, com a missão de defender e promover o direito à liberdade de expressão e de acesso à informação em todo o mundo. Seu nome tem origem no 19º artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, que assegura o direito à liberdade de expressão e opinião.</p> <p>Com escritórios em nove países, a ARTIGO 19 está no Brasil desde 2007, onde adota estratégias, ações e parcerias diversas e nos mais variados aspectos desta agenda. As ações da organização estão distribuídas em quatro áreas: Direitos Digitais, Acesso à Informação, Espaço Cívico (em especial sobre direito à participação social, liberdade artística e direito de protesto), e Proteção a Comunicadores e Defensores de Direitos Humanos.</p>
Apoio / Serviços	<p>A ARTIGO 19 conta com uma equipe jurídica, o Centro de Referência Legal (CRL), que é responsável pela estratégia de litígio e pelo acompanhamento de processos nos quais a organização atua. Ainda que não tenha recursos ou capacidade de atuar diretamente na representação de todos os casos de violações a comunicadores que chegam à ARTIGO 19, o CRL pode oferecer assessoria jurídica e apoio às equipes de advogados que acompanham os processos. Eventualmente, também pode fazer a representação direta, protocolar pareceres ou participar dos processos como amicus curiae.</p> <p>A equipe de Proteção e Participação Democrática conta com fundos de emergência para (I) casos de mulheres comunicadoras e (II) casos relacionados ao exercício da liberdade artística. Para estes, é possível a disponibilização de recursos para contratação de assessoria jurídica.</p>

Elegibilidade	Para solicitar apoio do Centro de Referência Legal da Artigo 19, ou para acessar os fundos de emergência, basta enviar e-mail ao endereço apoioprotecao@article19.org . A partir deste primeiro contato, o caso será encaminhado para os trâmites e equipes correspondentes, conforme a possibilidade da equipe e a existência de recursos para atendimento do caso.
Contato	Email: apoioprotecao@article19.org Whatsapp do apoio em proteção da equipe de Proteção e Participação Democrática: (11) 94514-5848
Informações adicionais	https://artigo19.org/

Projeto “Cala Boca Já Morreu” (CBJM), do Instituto Vero

Descrição	Grupo da sociedade civil, composto por escritórios de advocacia preocupados com o avanço do autoritarismo no país e movido pelo seguinte princípio: quando um cidadão é calado no exercício do seu legítimo direito de expressão, a voz da democracia se enfraquece. O principal objetivo do projeto é promover assessoria jurídica aos cidadãos que tenham se manifestado politicamente de forma pacífica e estejam sendo investigados/processados por isso. Projeto coordenado pelo Instituto Vero.
Apoio / Serviços	Serviço principal: Assessoria jurídica pro bono em procedimentos criminais ou administrativos. Outros tipos de apoio: Consultoria em casos que não fazem parte do nosso escopo; apoio na elaboração de guias/cartilhas com conteúdos informativos. Mais informações disponíveis no site do projeto.
Elegibilidade	Requisitos: 1. O assistido deve ter sido formalmente intimado ou notificado para um procedimento criminal ou administrativo. 2. O motivo da intimação deve estar ligado a uma crítica ou manifestação de uma ideia realizada contra uma autoridade pública. 3. A crítica não pode conter: (i) discurso de ódio, (ii) apoio ou incentivo a violência, ou (iii) fomento a ações ou valores antidemocráticos. 4. O assistido não pode já estar representado, seja por advogado ou por defensor público.
Contato	Por meio de preenchimento do formulário no site da Frente CBJM https://www.calabocajamorreu.com.br/
Informações adicionais	https://www.calabocajamorreu.com.br

Comitê para a Proteção dos Jornalistas (CPJ)

Descrição	<p>O CPJ é uma organização independente sem fins lucrativos que promove a liberdade de imprensa em todo o mundo. O CPJ documenta centenas de ataques à imprensa anualmente. Em nossa busca por uma mídia livre, o CPJ denuncia violações da liberdade de imprensa, reúne-se com chefes de estado e altos funcionários, lidera ou aconselha esforços diplomáticos e trabalha com outras organizações para garantir que a justiça prevaleça quando jornalistas são presos ou mortos. O CPJ também fornece assistência abrangente e orientação de segurança.</p>
Apoio / Serviços	<p>O CPJ fornece apoio abrangente e emergencial para jornalistas e equipe de suporte de mídia que trabalham ao redor do mundo através de informações atualizadas de segurança e proteção, e assistência de resposta rápida.</p> <p>O CPJ pode fornecer apoio de defesa e comunicação para ajudar a aumentar a conscientização e a visibilidade do caso através de declarações públicas, engajamento na mídia social e enfatizando como a ação afeta o direito à liberdade de imprensa.</p> <p>Numa base de caso a caso, o CPJ pode fornecer fundos de emergência para:</p> <ul style="list-style-type: none">• Suporte básico de vida• Apoio jurídico• Relocação de emergência• Apoio psicossocial• Assistência prisional
Elegibilidade	<p>O requerente deve:</p> <ul style="list-style-type: none">• Ser jornalista ou profissional de mídia• Ser visado como resultado direto do seu trabalho jornalístico
Contato	<p>emergencies@cpj.org, americas@cpj.org</p>
Informações adicionais	<p>https://cpj.org/emergency-response/how-to-get-help/</p>

Media Defence

Descrição

Media Defence é uma organização internacional de direitos humanos com sede em Londres, Reino Unido, que oferece defesa legal a jornalistas, jornalistas cidadãos e mídia independente em todo o mundo que estão sob ameaça por causa das suas reportagens.

Trabalhamos globalmente, onde há maior necessidade. Defendemos jornalistas, jornalistas cidadãos e meios de comunicação, de ameaças legais que violem o direito à liberdade de expressão para que continuem a informar questões de interesse público.

O que nós fazemos

- **Defesa de Emergência:** Financiamos defesa jurídica para jornalistas e mídia independente em todo o mundo.
- **Litigação Estratégica:** Assumimos casos estratégicos para promover e melhorar a liberdade de imprensa.
- **Capacitação:** Construimos capacidade jurídica local para defender jornalistas por meio de treinamento jurídico e financiando centros jurídicos locais para defender jornalistas.

Apoio / Serviços

Defesa de emergência: A Media Defence garante que a [representação legal de qualidade esteja disponível para](#) os jornalistas, pagando encargos legais, conectando-os a um advogado, caso não tenham um, e fornecendo a esse advogado apoio jurídico técnico.

A organização também pode apoiar jornalistas que queiram entrar com ações legais para obrigar o Estado a proteger os seus direitos caso tenham sido violados, inclusive para investigar os abusos e levar os autores de ataques à justiça.

Litígio Estratégico: Media Defence também assume [casos estratégicos](#) para contestar leis injustas usadas para silenciar jornalistas e para garantir que a lei seja usada para protegê-los, ao invés de perseguí-los.

Elegibilidade

Quem é elegível ao apoio:

- Jornalistas — incluindo jornalistas cidadãos, blogueiros, radialistas, fotojornalistas, cartunistas ou verificadores de fatos
- Meios de comunicação

Localização:

- Jornalistas de qualquer lugar do mundo podem solicitar assessoria técnica.
- Os pedidos de apoio financeiro estão abertos a candidatos em todos os lugares, exceto na Europa Ocidental e na América do Norte.

Os tipos de casos que a Media Defence pode apoiar incluem:

- Difamação/calúnia civil
- Difamação/calúnia criminosa
- Remoção de conteúdo
- Insulto
- Detenção arbitrária
- Notícias falsas
- Proteção de fontes
- Bloqueio da Web/desligamentos da Internet
- Acesso à informação
- Fechamento de um meio de comunicação
- Desafio constitucional
- Restrições de relatórios físicos
- Conspiração

Casos que não são elegíveis para o apoio da Media Defence:

- Processos trabalhistas
- Casos movidos por um jornalista contra outro jornalista ou meio de comunicação
- Pedidos de relocação/asilo
- Processos encerrados (nos quais já foram proferidas sentenças)
- Casos não relacionados à atividade jornalística
- Despesas gerais de apoio/equipamento/saúde etc.

Como solicitar: Entrar em contato com a equipe de auxílios: grants@mediadefence.org or Sophie.gougeon@mediadefence.org

A equipe de auxílios enviará um formulário de inscrição para ser preenchido e devolvido com pelo menos um documento legal relacionado ao caso e uma procuração.

Contato

Entrar em contato com a equipe de auxílios: grants@mediadefence.org ou Sophie.gougeon@mediadefence.org

Por telefone/WhatsApp/Sinal: +44 7554 843877

Informações adicionais

<https://www.mediadefence.org/>

Rede Nacional de Proteção de Jornalistas e Comunicadores

Descrição	A iniciativa, coordenada por Instituto Vladimir Herzog e Artigo 19, com participação de Repórteres sem Fronteiras e Intervezes, pretende combater o avanço dos ataques e das ameaças à liberdade de expressão no Brasil, e faz isso por meio do recebimento de denúncia de casos, de processos de formação e de estratégias para garantir a participação de diferentes atores que podem e devem contribuir com a segurança dos profissionais da imprensa, que exercem um papel crucial para o bom funcionamento do regime democrático.
Apoio / Serviços	Após análise de cada caso recebido, oferecemos acompanhamento jurídico, apoio psicológico, ferramentas para publicizar a violação, além de acompanhamento para implementação de recursos de segurança digital. Além disso, caso a vítima já tenha defesa jurídica constituída, oferecemos também a possibilidade de consultoria com nossos parceiros jurídicos que já possuem ampla experiência na atuação em casos relacionados à liberdade de expressão.
Elegibilidade	Não há restrições sobre a esfera da violação – atuamos tanto em casos cíveis quanto criminais. No entanto, há uma análise para verificar se o caso é realmente fruto de um ataque por conta da atividade profissional de um jornalista e/ou comunicador. O apoio deve ser solicitado através do site do projeto: www.rededeprotecao.org.br
Contato	Site: www.rededeprotecao.org.br
Informações adicionais	www.rededeprotecao.org.br

Instituto Tornavoz

Descrição	TORNAVOZ é uma associação que se propõe a garantir defesa jurídica especializada àqueles que sofrem processos em razão do exercício da manifestação do pensamento e da expressão. A entidade também se propõe a promover a discussão e a valorização desses direitos, por meio da participação em processos estratégicos e de ações de conscientização.
Apoio / Serviços	O TORNAVOZ pode fornecer apoio financeiro para o pagamento de honorários advocatícios a pessoas ou pequenos veículos de mídia que estejam sofrendo processos judiciais, em virtude do exercício de sua liberdade de expressão, e que não tenham condições de contratar defesa especializada. O instituto não realiza a defesa diretamente, mas pode contribuir tecnicamente com a defesa.

Elegibilidade	<p>O apoio financeiro dado pelo instituto destina-se a custear a defesa de pessoas ou veículos que estejam sendo processados.</p> <p>Como os recursos são limitados, é dada prioridade a casos que envolvam temáticas ligadas a grupos historicamente marginalizados, tais como, mulheres, pessoas negras, indígenas, LGBTQIA+, que estejam afastadas de grandes centros, e a veículos que se dediquem a tais temáticas ou tenham atuação local/regional.</p> <p>Os interessados devem preencher o formulário disponível no link: https://tornavoz.org/peca-sua-defesa/</p> <p>O pedido passa por análise que avaliará a disponibilidade de recursos de acordo com os projetos que estiverem em execução, bem como as prioridades acima mencionadas.</p> <p>Caso sejam necessárias informações adicionais, o Tornavoz entrará em contato com o solicitante.</p>
Contato	Website: https://tornavoz.org/peca-sua-defesa/
Informações adicionais	https://tornavoz.org/

Repórteres sem Fronteiras (RSF)

Descrição	<p>A Repórteres Sem Fronteiras (RSF) defende o direito de todo ser humano de ter acesso a informações livres e confiáveis. Esse direito é essencial para conhecer, compreender, opinar e agir com plena consciência, individual e coletivamente. A RSF promove a liberdade, o pluralismo e a independência do jornalismo, em especial pela defesa daqueles e daquelas que encarnam esses ideais. A RSF é uma das maiores organizações do mundo atuando no campo da liberdade de imprensa.</p>
Apoio / Serviços	<p>A RSF oferece assistência jurídica para jornalistas, comunicadores e organizações de mídia em geral que são alvos de processos judiciais abusivos. Essa assistência pode tomar as seguintes formas:</p> <ol style="list-style-type: none">1. Apoio financeiro direto para cobrir total ou parcialmente gastos com honorários advocatícios de representação legal. Esse apoio raramente ultrapassa o valor de 2 mil euros e está sujeito à revisão do caso por parte da equipe do Fundo de Emergência de Assistência a Jornalistas da RSF;2. Orientação jurídica especializada em temas de liberdade de imprensa para contribuir com a estratégia de defesa, realizada por meio de parceria com advogados brasileiros; a estratégia de assistência jurídica nesse caso pode incluir o envolvimento da RSF de forma mais direta nos processos, como amicus curiae ou ainda com pareceres legais.3. Visibilização do caso por meio de posicionamento público da RSE, destacando aspectos particularmente graves sobre irregularidades no processo ou sentenças, e de que forma a ação impacta o direito à liberdade de imprensa.

Elegibilidade A partir do recebimento da solicitação, a RSF vai avaliar em que medida o processo judicial envolve uma violação direta do direito à liberdade de imprensa e uma estratégia de intimidação por parte dos autores da ação na perspectiva de censurar o trabalho jornalístico. Para solicitar o apoio, basta entrar em contato por e-mail explicando a situação. A equipe da RSF responderá com pedido de informações adicionais para uma avaliação preliminar e iniciar uma troca regular para definição de uma estratégia conjunta.

Contato Email: ameriques@rsf.org, assistance@rsf.org

Informações adicionais <https://rsf.org/pt-br/servi%C3%A7os-para-jornalistas-e-meios-de-comunica%C3%A7%C3%A3o>

Legal Network for Journalists at Risk (LNJAR)

Descrição A LNJAR fornece aos jornalistas e meios de comunicação independentes em todo o mundo apoio jurídico crítico para proteger suas reportagens constantes sobre questões vitais de interesse público. A LNJAR coordena os diferentes tipos de apoio atualmente oferecidos por várias organizações com o objetivo de fornecer aos jornalistas independentes e meios de comunicação em risco, um ponto de entrada único num ecossistema de apoio.

Apoio / Serviços

- Conexão a um advogado e provisão das despesas legais
- Fortalecimento da representação legal
- Fortalecimento do caso
- Fortalecimento do ecossistema

Elegibilidade O requerente deve ser jornalista ou redator sujeito à represália em relação direta ao seu trabalho jornalístico.

Contato Para ajudar os membros a avaliar se podem oferecer apoio, favor enviar e-mail para: help@medialegalhelp.org.

Informações adicionais <https://www.medialegalhelp.org/>
